



Instituto de Previdência Municipal de Severínia

Estado de São Paulo  
CNPJ 07.216.942/0001-50

# **Política de Segurança da Informação do IPREM**

Novembro de 2023



**Política de Segurança da Informação**

**Resolução nº 06, de novembro de 2023**

*Aprova a Política de Segurança da Informação do IPREM*

O **CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPREM**, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente o disposto no inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 2.693 de 03 de maio de 2022.

**CONSIDERANDO** que a informação é um ativo essencial da organização e precisa ser protegida quanto a eventuais ameaças, preservando e minimizando os riscos para a continuidade dos serviços prestados pelo IPREM:

**CONSIDERANDO** que a adoção de procedimentos que garantam a segurança das informações deve ser prioridade constante do IPREM, reduzindo os riscos de falhas, danos e prejuízos que possam comprometer os objetivos da instituição;

**CONSIDERANDO** o disposto no Manual do PRÓ-GESTÃO, aprovado pela Portaria da Secretaria da Previdência nº 3, de 31 de janeiro de 2018;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal; **CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que aprova a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

**CONSIDERANDO** a deliberação do Conselho Deliberativo na reunião ordinária realizada em 24 de outubro de 2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica instituída a **Política de Segurança da Informação do IPREM**, na forma do Anexo Único desta Resolução.

**Art. 2º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Severínia, 06 de novembro de 2023.

  
Vanessa Cristina Gama Garcia

**Presidente do Conselho Administrativo**



**INDICE**

<b>CAPITULO I - OBJETIVOS DA PSI</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO II - APLICAÇÕES DA PSI</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO III - DAS RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS</b>	<b>5</b>
<b>CAPITULO IV - DA PROTEÇÃO, DO MONITORAMENTO E DA AUDITORIA DO AMBIENTE</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO V - CORREIO ELETRÔNICO</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO VI - INTERNET</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO VII - COMPUTADORES E OUTROS DISPOSITIVOS</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO VIII - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DE ACESSO</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO IX - PROCEDIMENTOS DE CONTINGENCIA</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>9</b>

## CAPÍTULO 1-OBJETIVOS DA PSI

**Art. 1º.** A Política de Segurança da Informação, também referida como PSI, é o documento que orienta e estabelece as diretrizes corporativas do IPREM para a proteção dos ativos de informação e a responsabilidade legal para todos os usuários. Deve portanto, ser cumprida e aplicada em todas as áreas da Autarquia e por todos os colaboradores e prestadores de serviço que tenham acesso às informações de propriedade do IPREM.

**Parágrafo único.** A proteção de dados pessoais no IPREM deverá respeitar o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**Art. 2º.** Constituem objetivos desta PSI:

**I-** estabelecer diretrizes que permitam aos colaboradores e fornecedores do IPREM seguirem padrões de comportamento relacionados à segurança da informação adequados às necessidades de negócio e de proteção legal da Autarquia e do indivíduo,

**II -** nortear a definição de normas e procedimentos específicos de segurança da informação, bem como a implementação de controles e processos para seu atendimento;

e

**III -** preservar as informações do IPREM quanto à:

**a)** integridade: garantia de que a informação seja mantida em seu estado original, visando protegê-la, na guarda ou transmissão, contra alterações indevidas, intencionais ou acidentais;

**b)** confidencialidade: garantia de que o acesso à informação seja obtido somente por pessoas autorizadas; e

**c)** disponibilidade: garantia de que os usuários autorizados obtenham acesso à informação e aos ativos correspondentes sempre que necessário.

## CAPÍTULO II - APLICAÇÕES DA PSI

**Art. 3º.** As diretrizes aqui estabelecidas deverão ser seguidas por todos os colaboradores, bem como os prestadores de serviço, e se aplicam à informação em qualquer meio ou suporte.

**Parágrafo único.** É obrigação de cada colaborador se manter atualizado em relação a esta PSI e aos procedimentos e normas relacionadas, buscando orientação sempre que não estiver absolutamente seguro quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações.

### **CAPÍTULO III - DAS RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS**

**Art. 4º.** Entende-se por colaborador toda e qualquer pessoa física, contratada no regime estatutário, CLT ou temporário, e os prestadores de serviço, contratados por intermédio de pessoa jurídica ou não, que exerça alguma atividade dentro ou fora do IPREM.

§ 1º. Os colaboradores deverão:

**I-** manter sigilo das informações do **IPREM**:

**II** - zelar pelos ativos de informação do IPREM, sejam eles físicos (processos, documentos e outros) ou digitais (arquivos, sistemas e outros); e

**III** - seguir as diretrizes e recomendações da Diretoria Executiva quanto ao uso, divulgação e descarte de dados e informações.

§ 2º. Será de inteira responsabilidade de cada colaborador, todo prejuízo ou dano que vier a sofrer ou causar ao IPREM e/ou a terceiros, em decorrência da não obediência às diretrizes e normas aqui referidas.

### **CAPÍTULO IV-DA PROTEÇÃO, DO MONITORAMENTO E DA AUDITORIA DO AMBIENTE**

**Art. 5º.** Para garantir as regras mencionadas neste documento, o IPREM poderá:

**I** - Implantar sistemas de monitoramento e de controle de acesso nas estações de trabalho, servidores, correio eletrônico, conexões com a internet, dispositivos móveis ou wireless e outros componentes da rede - a informação gerada por esses sistemas poderá ser usada para identificar usuários e respectivos acessos efetuados, bem como material manipulado;

**II** - Tornar públicas as informações obtidas pelos sistemas de monitoramento e auditoria, no caso de exigência judicial ou solicitação do superior hierárquico;

**III** - realizar, a qualquer tempo, inspeção física nos equipamentos de sua propriedade; e **IV** - instalar sistemas de proteção, a exemplo de antivírus e firewall, preventivos e detectáveis, para garantir a segurança das informações e dos perímetros de acesso.

### **CAPÍTULO V-CORREIO ELETRÔNICO**

**Art. 6º.** O uso do correio eletrônico do IPREM é para fins corporativos e relacionados às atividades do colaborador usuário da Autarquia, sendo terminantemente proibido:

**I** - Enviar mensagens não solicitadas para múltiplos destinatários, exceto se relacionadas



a uso legítimo da Autarquia;

**II** - Enviar mensagem por correio eletrônico usando o nome de usuário de outra pessoa ou endereço de correio eletrônico que não esteja autorizado a utilizar;

**III** - Enviar qualquer mensagem por meios eletrônicos que torne seu remetente e/ou o IPREM vulneráveis a ações civis ou criminais:

**IV** - Divulgar informações não autorizadas ou imagens de tela, sistemas, documentos e afins sem autorização expressa e formal concedida pelo proprietário desse ativo de informação

**V**- Falsificar informações de endereçamento, adulterar cabeçalhos para esconder a identidade de remetentes e/ou destinatários, com o objetivo de evitar as punições previstas; e

**VI** - Apagar mensagens pertinentes de correio eletrônico quando o IPREM estiver sujeito a algum tipo de investigação.

## **CAPITULO VI-INTERNET**

**Art. 7.** Exige-se dos colaboradores comportamento ético e profissional com o uso da internet disponibilizada pelo IPREM.

**Art. 8.** Os equipamentos, tecnologia e serviços fornecidos para o acesso à internet são de propriedade do IPREM, que pode analisar e, se necessário, bloquear qualquer arquivo, site, correio eletrônico, domínio ou aplicação armazenados na rede/internet estejam eles em disco local, na estação ou em áreas privadas da rede, visando assegurar o cumprimento de sua Política de Segurança da Informação.

**§ 1º.** Qualquer informação acessada, transmitida, recebida ou produzida na internet está sujeita a divulgação e auditoria, tendo o IPREM, em total conformidade legal, o direito de monitorar e registrar todos os acessos a ela.

**§ 2º.** Qualquer alteração dos parâmetros de segurança, por qualquer colaborador, sem o devido credenciamento e a autorização para tal, será julgada inadequada e os riscos relacionados serão informados ao colaborador e ao respectivo superior hierárquico.

**§ 3.** O uso de qualquer recurso para atividades ilícitas poderá acarretar as ações administrativas e as penalidades decorrentes de processos civil e criminal, sendo que nesses casos a Autarquia cooperará ativamente com as autoridades competentes.

**§ 4.** A ausência de bloqueio de sites e serviços na internet pelos mecanismos de proteção estabelecidos pelo IPREM não valida seu acesso, devendo ser observadas as restrições estabelecidas pela PSI, pelas regras do Estatuto do Servidor e outras regras aplicáveis ao exercício do cargo ou prestação de serviços.

**Art. 9.** Apenas os colaboradores autorizados pela Autarquia poderão copiar, captar, imprimir ou enviar imagens da tela para terceiros, devendo atender à norma interna de uso de imagens, à Lei de Direitos Autorais, à proteção da imagem garantida pela Constituição Federal e demais dispositivos legais.

**Art. 10.** Os colaboradores com acesso à internet poderão fazer o download (baixa) somente de programas ligados diretamente às suas atividades no IPREM e deverão providenciar o que for necessário para regularizar a licença e o registro desses programas, desde que autorizados pela Diretoria,

**§1º.** O uso, a instalação, a cópia ou a distribuição não autorizada de softwares que tenham direitos autorais, marca registrada ou patente na internet são expressamente proibidos.

**§ 2.** Os colaboradores não poderão em hipótese alguma utilizar os recursos do IPREM para fazer o download ou distribuição de software ou dados pirateados, atividade considerada delituosa de acordo com a legislação nacional.

**Art. 11.** É proibido o acesso, exposição, armazenamento, distribuição, edição, impressão ou gravação por meio de qualquer recurso, de materiais de cunho sexual.

**Art. 12.** Os colaboradores não poderão utilizar os recursos do IPREM para deliberadamente propagar qualquer tipo de vírus, worm, cavalo de troia, spam, assédio, perturbação ou programas de controle de outros computadores.

**Art. 13.** As regras aqui definidas se aplicam no uso de computadores e outros dispositivos de propriedade do IPREM, bem como a dispositivos particulares dos usuários que estiverem conectados à internet do IPREM (cabeadas ou sem fio).

## **CAPÍTULO VII-COMPUTADORES E OUTROS DISPOSITIVOS**

**Art. 14.** Os computadores disponibilizados pelo IPREM aos colaboradores, constituem instrumento de trabalho para execução das atividades de negócio do IPREM.

**§ 1º.** Cada colaborador deve zelar para segurança e bom uso dos equipamentos. reportando á área competente qualquer incidente que tenha conhecimento.

**§ 2º.** Em caso de mau uso, ou uso em desacordo com as instruções desta norma, o colaborador poderá ser responsabilizado.

**§3º.** Os computadores deverão ser providos de aplicativos contra virus e outras pragas virtuais que possam comprometer a segurança ou a integridade dos dados..

§ 4º. Os computadores deverão ser instalados, sempre que possível, juntamente com nobreaks, evitando danos causados por oscilações na rede elétrica.

**Art. 15.** A rede de computadores do IPREM deverá ser protegida com:

I- Solução de segurança tipo "firewall", que implemente regras e instruções para garantir que somente a recepção ou envio de dados autorizados sejam trafegados pela rede; e

II - Sistema de proteção para o acesso à internet (proxy), que implemente regras e instruções que impeçam o acesso a sites e recursos da internet que possam prejudicar a integridade ou a segurança da rede e dos dados armazenados.

**Parágrafo único.** Os sistemas operacionais dos computadores e servidores deverão ser mantidos atualizados e devidamente licenciados.

## **CAPÍTULO VIII-IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DE ACESSO**

**Art. 16.** Para o acesso aos recursos tecnológicos do IPREM será exigido, sempre que possível, identificação e senha exclusiva de cada colaborador, permitindo assim o controle de acesso.

§ 1º. É proibido o compartilhamento de login entre os colaboradores.

§2º. Recomenda-se como boa prática de segurança que, ao realizar o primeiro acesso ao ambiente de rede local, o usuário seja direcionado a trocar imediatamente a sua senha.

§ 3º. É de responsabilidade de cada usuário a memorização de sua própria senha, bem como a proteção e a guarda dos dispositivos de identificação que lhe forem designados.

§ 4º. Os usuários podem alterar a própria senha, e devem ser orientados a fazê-lo, caso suspeitem que terceiros obtiveram acesso indevido ao seu login/senha.

## **CAPÍTULO IX-PROCEDIMENTOS DE CONTINGÊNCIA**

**Art. 17.** Para garantir a segurança da informação, deverão ser realizadas cópias de segurança de:

I- Sistemas informatizados;

II- Bancos de dados utilizados pelos sistemas adotados no IPREM; e

III- Arquivos (documentos, planilhas, etc).





§ 1º. As rotinas de cópia de segurança deverão, sempre que possível, ser realizadas de forma automatizada, em horários pré-definidos, devendo ainda ser realizadas verificações periódicas da sua execução e integridade.

§ 2º. O armazenamento das cópias de segurança deverá ser planejado de forma que impeça o acesso a pessoas não autorizadas.

§ 3º. O processo de realização de cópias de segurança deverá ser devidamente mapeado e manualizado.

## CAPÍTULO X-DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19.** Na rede de computadores do IPREM, não é permitida instalação de programas sem aquisição da devida licença de uso.

**Art. 20.** Havendo descumprimento da presente Política de Segurança da Informação, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos no caso de servidor, ou no contrato de prestação de serviços, no caso de contratado.

**Art. 21.** Os casos omissos deverão ser submetidos pela Diretoria ao Conselho Administrativo.

Política de Segurança da Informação vigente a partir de 06 de Novembro de 2023.

